

CRISE ENERGÉTICA // Estiagem é só uma das causas da ameaça de racionamento, ao lado de planejamento falho e intervencionismo

Choque da má gestão

de SIMONE KATZUN
 e PAULO SILVA PINTO

O setor elétrico está no fio da navalha. A demanda segue batendo no limite da capacidade real de geração de energia. Tanto que, por dois dias seguidos, após o apogeu de 13 de janeiro, foi preciso supor energia da Argentina para atender o consumidor nacional. O país não está em condições de garantir abastecimento, sobretudo no horário de pico, que já batia todos os recordes neste ano. A falta de chuvas agravou o problema, porque mantém os reservatórios em níveis críticos num sistema que depende 70% da geração hidrelétrica. Mas foi com a falta de planejamento e os escorregões do governo que contribuíram de forma determinante para a crise atual.

Dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), analisados pelo economista e colaborador do Instituto Nacional de Energia Elétrica (Inep) Péricles Pinheiro, mostram que a geração hidrelétrica aumentou 11,496 megawatts (MW) em 2014 e 2015, o que equivale a geração termelétrica (civis) de 11.888 MW em 2014 e 11.888 MW em 2015, resultando em 23.204 MW em 2014 e 23.204 MW em 2015 no mesmo período. A diferença de quase 400 MW é hoje suprida pela geração eólica, dependendo das condições climáticas.

“O país está no limite. As hidrelétricas estão gerando menos, com reservatórios muito baixos. Quando o vento das eólicas está fraco, é preciso tirar energia de algum lugar para manter o sistema operando”, explica Pinheiro, que significa que a oferta real de energia no dia a dia acaba sendo insuficiente diante de um consumo energético crescente, sobretudo em certas horas. “Se há um mês frio para 50 países, mas que não consegue subir uma ladreira carregando todo mundo, a posição dele não é para a capacidade real porque muita gente vai ter que descer para não conseguir o topo”, compara o especialista. Na analogia, a ladreira é o horário de pico.

Além dos reservatórios vazios, de 22 mil MW da capacidade instalada de termelétricas, só 10 mil MW estão de fato contratados no Sistema Interligado Nacional (SIN). “As sísmicas precisam de paradas para manutenção porque foram criadas para operar de maneira emergencial, mas estão ligadas a todo vapor. O ONS, contudo, já deu ordem para que nenhuma pare. Daqui a pouco elas vão começar a falhar e aí o problema se torna muito maior”, alerta Pinheiro.

O contencioso resulta que todas as variáveis do parque elétrico estão em condições piores do que em 2008, ano do racionamento de energia. “O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso determinou a medida sem necessidade, ou o atual governo está culpando o sol com a pedra ao negar o risco”, pontua. “Em janeiro,

cheguei metade do esperado. Só uma surpresa positiva em fevereiro pode evitar o racionamento”, destaca o gerente da consultoria Sofea Energia, Fábio Cabreto.

Indústria

A crise energética só não é maior porque a indústria, responsável por 40% do consumo de energia do país, está em recessão e vem diluindo a produção. “Desde 2012, a demanda industrial por eletricidade está caindo, ao contrário dos setores residencial e comercial, que aumentaram o consumo. Só no ano passado, caiu 4% ante um crescimento de 5% a 7% dos outros dois setores”, afirma o presidente da Comerc Energia, Cristóvão Maraviano. Em alguns casos, a redução no consumo da indústria foi bem drástica, de 25,2%, caso do setor têxtil. “A falta de planejamento nacional e o racionamento é agora, já deveria ter começado”, pondera o presidente do Instituto Accredo Brasil, Claudio Sales.

Ainda não se fala em racionamento no Palácio do Planalto em razão do temor do impacto político da situação atual, sobretudo porque a situação atual contraria tudo o que o presidente Dilma Rousseff afirmou em janeiro de 2013, no discurso de assinatura da Medida Provisória (MP) 579, a respeito do marco regulatório que levou a redução de tarifas e promoveu o maior desarmamento da história do setor. “O Brasil vai ter energia cada vez melhor e mais barata, sem nenhum risco de racionamento ou de qualquer tipo de estrangulamento no custo, no médio e no longo prazos”, afirmou ela, à época.

Mão foi o que se viu. Apesar da redução de 18% em 2013, no ano passado os preços superaram, e muito, o índice, criando o “benefício”. Para 2015, as altas previstas são de 40% e há quem fale em 50%.

“Todo porque o governo mexeu na regulação do setor e as distribuidoras tiveram que pagar em prejuízo de R\$ 17,8 bilhões — que vão ser cobertos por R\$ 20,8 bilhões com os juros, segundo o Tribunal de Contas de União (TCU) — para cobrir o prejuízo causado pela compra de energia de curto prazo, por preço muito maior.

Essa situação ainda está sendo cavada, porque o distribuidor acabou antes do pagamento das operações de novembro e dezembro últimos. Ainda faltam R\$ 2,5 bilhões e a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) já adianta duas vezes o prazo para quitação, aguardando negociações do Ministério da Fazenda, para conseguir mais financiamentos.

O consumidor pagará a conta com reajustes da eletricidade, logo já começará, via bandeiras tarifárias, que elevam a fatura mensal em R\$ 3 a cada 100 quilowatts consumidos quando a situação vem à tona apontar condições desfavoráveis de geração. Apesar disso, o governo já estava elevando em 30% em 47%, para o consumidor arcar com o ônus.

Risco de curto-circuito

Veja como opera o Sistema Interligado Nacional (SIN), na geração e na transmissão de energia no país

Balço (em MW médios)
 Pico depende da geração hidrelétrica, responsável por 70,5% da energia produzida

Produção	Programada	Verificada	Participação em %
Hidrelétrica nacional	45.236	44.121	61,31
Itaipu Binacional	8.403	8.542	13,22
Termelétrica nuclear	1.990	1.984	2,78
Termelétrica convencional	14.746	14.261	19,82
Eólica	1.297	2.076	2,98
Total SIN	72.662	71.948	100

Submercados e intercâmbios regionais

(em MW médios)
 Com reservatórios em níveis críticos, Sudeste e Centro-Oeste recebem energia de outras regiões



Energia armazenada

Reservas do Sudeste, do Centro-Oeste e do Nordeste continuam diminuindo

Indicador	Sul	NE/O	Norte	NE
Capacidade máxima (MW/hora)	18.873	209.003	14.827	70.898
Armazenamento ao fim de 28/5/2005 (MWh/mês)	12.236	34.827	5.247	9.076
Armazenamento ao fim de 28/5/2005 (em %)	64,8	16,0	35,4	12,7
Variação em relação ao dia anterior (em %)	-0,7	0,0	-0,2	-0,3
Variação acumulada mensal (em %)	-0,4	-0,5	0,0	-1,0

Situação dos reservatórios

Com chuvas abaixo de previsão, níveis estão mais baixos que em 2003, ano de racionamento



Sem capacidade

Diferença entre a capacidade das termelétricas e o que elas realmente geram é de quase 34%

	Capacidade total	Disponibilidade real
Sudeste e Centro-Oeste	33.319	6.428
Sul	3.000	1.481
Nordeste	5.402	4.580
Norte	3.203	2.285
Total SIN	44.924	14.774

Térmicas restritas

Usinas geram 5 mil megawatts a menos do que a capacidade instalada

Motivo	Capacidade instalada	Disponível	Diferença
Por manutenção	2.800	1.764	1.036
Por restrição de operação	5.400	3.548	1.852
Por restrição de geração e manutenção	2.796	1.321	1.475
Demais restrições agregadas	11.000	10.200	800
Total	21.996	16.713	5.283

Fonte: Operador Nacional do Sistema Elétrico

De: Nelson Cavalcante/CEPEL/Ag. Fapesp

O setor elétrico está no fio da navalha. A demanda segue batendo no limite da capacidade real de geração de energia. Tanto que, por dois dias seguidos, após o apagão de 19 de janeiro, foi preciso importar energia da Argentina para atender o consumidor nacional. O país não está em condições de garantir abastecimento, sobretudo no horário de pico, que já bateu todos os recordes este ano. A falta de chuvas agrava o problema, porque mantém os reservatórios em níveis críticos num sistema que depende 70% da geração hidrelétrica. Mas foram a falta de planejamento e os escorregões do governo que contribuíram de forma determinante para a crise atual.

"As hidrelétricas estão gerando menos, com reservatórios muito baixos, e a energia precisa vir de algum lugar"

Péricles Pinheiro, economista

Dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), analisados pelo economista e colaborador do Instituto Nacional de Energia Elétrica (Inee) Péricles Pinheiro, mostram que a geração hidrelétrica aumentou 11.446 megawatts médios (MWmed) de 2001 a 2014, enquanto a geração termelétrica elevou-se 11.888 MWmed, resultando em 23.334 MWmed a mais em 13 anos. Ocorre, contudo, que a demanda subiu 23.728 MWmed no mesmo período. A diferença de quase 400 MWmed é hoje suprida pela geração eólica, dependente das condições climáticas.

"O país está no limite. As hidrelétricas estão gerando menos, com reservatórios muito baixos. Quando o vento das eólicas está fraco, é preciso tirar energia de algum lugar para manter o sistema operando", explica Pinheiro. Isso significa que a oferta real de energia no dia a dia acaba sendo insuficiente diante de um consumo energético crescente, sobretudo em certas horas. "Se há um ônibus feito para 50 passageiros, mas que não consegue subir uma ladeira carregando todo mundo, a potência dele não é para a capacidade total porque muita gente vai ter que descer para ele cumprir o trajeto", compara o especialista. Na analogia, a ladeira é o horário de pico.

Além dos reservatórios vazios, dos 22 mil MWmed da capacidade instalada de termelétricas, só 16 mil MWmed estão de fato entrando no Sistema Interligado Nacional (SIN). "As térmicas precisam de paradas para manutenção porque foram criadas para operar de maneira emergencial, mas estão ligadas a todo vapor. O ONS, contudo, já deu ordem para que nenhuma pare. Daqui a pouco elas vão começar a falhar e aí o problema será muito maior ", alerta Pinheiro.

O economista ressalta que todas as variáveis do parque elétrico estão em condições piores do que em 2001, ano do racionamento de energia. "Ou o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso determinou a medida sem necessidade, ou o atual governo está tapando o sol com a peneira ao negar o risco", pontua. "Em janeiro, choveu metade do esperado. Só uma surpresa positiva em fevereiro pode evitar o racionamento", destaca o gerente da consultoria Safira Energia, Fábio Cuberos.

Indústria

A crise energética só não é maior porque a indústria, responsável por 40% do consumo de energia do país, está em recessão e vem diminuindo a produção. "Desde 2012, a demanda industrial por eletricidade está caindo, ao contrário dos setores residencial e comercial, que aumentaram o consumo. Só no ano passado, caiu 4% ante um crescimento de 5% a 7% dos outros dois setores", afirma o presidente da Comerc Energia, Cristhoper Vlavianos. Em alguns casos, a redução no consumo da indústria foi bem drástica, de 25,2%, caso do setor têxtil. "A hora de programar o racionamento é agora. Já deveria ter começado", pondera o presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales.

"Em janeiro, choveu metade do esperado. Só uma surpresa positiva em fevereiro pode evitar o racionamento"

Fábio Cuberos, consultor

Ainda não se fala em racionamento no Palácio do Planalto em razão do temor do impacto político dessa decisão, sobretudo porque a situação atual contradiz tudo o que a presidente Dilma Rousseff afirmou em janeiro de 2013, no discurso de assinatura da Medida Provisória (MP) 579, a mudança no marco regulatório que forçou a redução de tarifas e provocou o maior desarranjo da história do setor. "O Brasil vai ter energia cada vez melhor e mais barata, sem nenhum risco de racionamento ou de qualquer tipo de estrangulamento no curto, no médio e no longo prazos", afirmou ela, à época.

Não foi o que se viu. Apesar da redução de 18% em 2013, no ano passado os reajustes superaram, e muito, o índice, zerando o "benefício". Para 2015, as altas previstas são de 40% e há quem fale em 60%. Tudo porque o governo mexeu na regulação do setor e as distribuidoras tiveram que pegar empréstimos de R\$ 17,8 bilhões — que vão custar R\$ 26,6 bilhões com os juros, segundo o Tribunal de Contas de União (TCU) — para cobrir o rombo causado pela compra de energia de curto prazo, por preço muito maior.

Esse buraco ainda está sendo cavado, porque o dinheiro acabou antes do pagamento das operações de novembro e dezembro últimos. Ainda faltam R\$ 2,5 bilhões e a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) já adiou duas vezes o prazo para quitação, aguardando negociações do Ministério da Fazenda, para conseguir mais financiamentos.

O consumidor pagará a conta com reajustes da eletricidade. Isso já começou, via bandeiras tarifárias, que elevam a fatura mensal em R\$ 3 a cada 100 quilowatts consumidos quando a sinalização vermelha apontar condições desfavoráveis de geração. Apesar disso, o governo já estuda elevar o custo em 30% ou 40%, para o consumidor arcar com o rombo.